

A CONCEPÇÃO DE TRABALHO PRESENTE NOS CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES DURANTE O PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Luana Lopes
Roselene Moreira Gomes Pommer
Gabrielle Assunção Minuzi
Ana Maria da Luz Schollmeier

RESUMO

Ao longo da história brasileira, as políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sofreram alterações relacionadas às oscilações vividas pelo modelo produtivo capitalista vigente no país. A partir desse pressuposto, este artigo pretende investigar a percepção acerca da categoria de trabalho que norteou as propostas curriculares dos cursos técnicos profissionalizantes durante o período da Ditadura Civil-Militar. A relevância do tema está na importância atribuída à educação profissional pelos governos daquele período, o que nos permite, hoje, estabelecer a profícua relação entre experiências vividas no passado e expectativas acerca do futuro. Adotou-se como metodologia a análise documental e qualitativa crítico-reflexiva sobre as informações que poderão propiciar a compreensão da percepção de trabalho, no final da década de 1960. A pesquisa constitui-se de análises bibliográficas e documentais, através das quais buscou-se identificar o significado da categoria trabalho nos arranjos sociais do período histórico analisado.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho, educação profissional e tecnológica, currículo.

THE CONCEPTION OF WORK IN PROFESSIONAL TECHNICAL COURSES DURING THE PERIOD OF THE CIVIL-MILITARY DITADURA

ABSTRACT

Throughout Brazilian history, public policies for Vocational and Technological Education (EFA) have undergone changes related to oscillations experienced by the current capitalist productive model in the country. From this assumption, this article intends to investigate the perception about the work category that guided the curricular proposals of the professionalizing technical courses during the Civil-Military Dictatorship period. The relevance of the theme is the importance given to professional education by governments of that period, which allows us, today, to establish the fruitful relationship between past experiences and expectations about the future. The methodology adopted was the documentary and qualitative critical-reflexive analysis on the information that may provide the understanding of the perception of work in the late

1960s. The research is constituted by bibliographical and documentary analysis, through which we sought identify the meaning of the category work in the social arrangements during this historical period.

KEYWORDS: work, vocational and technological education, curriculum.

1 INTRODUÇÃO

A história é compreendida, hoje, como a área do conhecimento que tem, como objeto central de estudos, um processo de causas e efeitos, de rupturas e permanências. Analisando-se a história da educação profissional no Brasil, é possível verificarmos referências do passado que estão presentes até os dias de hoje, influenciando na estruturação das políticas públicas para essa modalidade de ensino.

Por isso, para entendermos a história das concepções e práticas relativas a formação para o trabalho, é importante irmos além das dimensões escolares, sendo necessário considerarmos, também, o contexto econômico, político e social de cada época.

A história da educação profissional (EPT) no Brasil está relacionada diretamente a história do contexto político e econômico de cada época vivenciada pelo país, beneficiando determinadas classes sociais, em detrimento de outras. Ela é o reflexo da adequação de nossa estrutura econômica às demandas do sistema capitalista, que se renova e produz novas exigências a cada crise.

A história da EPT é, então, a expressão da história da luta de classes. Por isso, é importante analisarmos, historicamente, a evolução da educação profissional no Brasil, para compreendermos a concepção de trabalho em cada época correspondente e, assim, situarmos o objeto da pesquisa no seu respectivo devir histórico.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Trabalho e Formação para o Trabalho

O trabalho é um fator determinante na formação das sociedades e, para entendermos a sua importância, se faz necessária a análise sobre as concepções e a historicidade dessa categoria, no contexto brasileiro. Em vista disso, busca-se estabelecer relações entre as experiências do passado, percebidas no presente, a fim de que se possa gerar perspectivas em relação ao futuro e, assim, contribuir para a melhoria da educação profissional e tecnológica ofertada no Brasil.

O filósofo, sociólogo, jornalista e ativista político do socialismo Karl Marx viveu na Europa do século XIX e testemunhou as alterações que o sistema capitalista e, por conseguinte, as relações de trabalho viviam durante a segunda fase da revolução industrial. Naquele contexto, Marx percebeu que a diferença entre o trabalho do homem e dos outros animais está no fato de que o homem planeja sua execução, não só efetua a transformação da natureza, mas realiza nela o seu objetivo.

Assim sendo, o trabalho é a condição de existência do homem, ou seja, “como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, portanto, da vida humana” (MARX, 1983, p. 49).

Ainda segundo o autor, o trabalho é o processo entre homem e natureza, em que o homem, por sua ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ao modificar a natureza pela ação do trabalho, o homem modifica-se a si próprio, desenvolvendo suas próprias potencialidades e possibilidades. O trabalho é por isso, parte fundamental da ontologia do ser social. A aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza. O trabalho, nesse sentido, não é emprego, não é meramente uma forma histórica do trabalho em sociedade – é a atividade essencial pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se expande e, conhecendo, aperfeiçoa-se.

Na percepção marxista o trabalho é a base para a formação de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história. No entanto, o sistema capitalista inverteu a lógica homem-trabalho-natureza, impondo categoria “trabalho assalariado” um valor de troca que, ao longo do processo capitalista, superou o seu original valor de uso (MARX, 1980).

Pois as transformações impostas pelas necessidades dos novos modelos de produção capitalista, especialmente aquelas decorrentes da Revolução da Microeletrônica, têm exigido a reformulação da EPT no Brasil. A própria expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir de 2008, decorreu da valoração socioeconômica atribuída a essa modalidade. Porém, as políticas públicas voltadas para a educação profissional, no país, são recentes e demonstram as adequações da produção nacional ao sistema capitalista mundial. Isso decorre do fato de a educação profissional ter sido construída de forma flexível, buscando atender as diferentes situações do contexto histórico capitalista.

Logo, a análise da organização do mundo do trabalho, a partir de concepções teóricas marxistas, permite-nos refletir sobre as transformações das concepções de trabalho, ao longo do processo histórico capitalista. Mas não só. Se a EPT encerra em si a dialética das relações entre capital e trabalho, sua análise crítico-histórica permite a compreensão sobre as condições desiguais que favorecem uma classe social hegemônica, em detrimento da classe trabalhadora, papel da formação de trabalhadores.

A origem histórica da desvalorização da EPT no Brasil está na herança escravista do país, que separou o ensino intelectual, do ensino profissional, visando formar pessoas para assumirem determinadas funções específicas no mundo do trabalho, umas voltadas para atividades reflexivas, a outras para atividades operativas.

2.2 A Concepção de Trabalho no Contexto da Ditadura Civil-Militar

A implantação de um Estado autoritário no Brasil, a partir de 1964, resultou em adequações dos instrumentos de reprodução ideológica da sociedade. A educação foi um deles. Com o objetivo de atender as necessidades decorrentes do processo de industrialização e pseudo crescimento econômico que ficou conhecido como “milagre econômico”, a educação tecnicista que já era vivenciada no país, foi aprofundada. Para que se possa compreender a EPT no contexto da Ditadura Civil-Militar, é necessário que se aborde os fatores que desencadearam o golpe civil-militar de 1964

O início da década de 1960 foi marcado, no Brasil, por crises políticas, econômicas e sociais. Com o fim do governo de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros assumiu a presidência da República. Porém, surpreendendo a todos na época, em agosto de 1961, com apenas sete meses de mandato, o então Presidente Jânio renunciou ao cargo.

No momento da renúncia, o vice-presidente João Goulart encontrava-se em uma missão diplomática fora do país. O passado do vice-presidente causava incômodo aos militares, aos grupos conservadores e a alguns ministros militares. Estes, contrariando a Constituição, tentaram impedir sua posse. Para conter o início de uma possível guerra civil no Brasil, João Goulart, que ainda se encontrava no exterior, retornou ao Brasil, tomando posse em Brasília dia 7 de setembro de 1961.

De 1961 até 1964 os militares intensificaram os preparativos para o golpe, atendendo as demandas dos grupos economicamente dominantes, ou seja, a classe de empresários tecnocratas ligada ao capital estrangeiro. Este era o principal grupo que tinha os seus interesses postos em risco diante da política populista de Goulart, especialmente a partir de 1963, quando o presidente retomou o controle da nação, após a vitória, no plebiscito, do sistema presidencialista diante do parlamentarista. Foi a retomada dos poderes de governante que permitiu ao presidente colocar em prática as chamadas “reformas de base”, entre as quais estava a proposta de reforma agrária. Tais estiveram na base das pressões, nacionais e internacionais, que propiciaram a saída de João Goulart do governo. Segundo Rosa (2006).

As Forças Armadas executaram um programa governamental chamado de ordem, para o desenvolvimento e segurança nacional, através deste os meios repressivos e impositivos foram diretamente para se manter o novo regime e para chegar no alcance dos objetivos propostos ao povo brasileiro.

Em 31 de março de 1964, ocorreu a primeira rebelião por parte das Forças Armadas contra o Governo Goulart, com as tropas dirigidas pelo General Olímpio Mourão Filho, apoiado pelo Governador mineiro Magalhães Pinto, opositor de João Goulart. Segundo Rosa (2006), “a administração de João Goulart era considerada nacional-reformista, o que ficava claro em suas propostas distributivas. A principal estratégia utilizada era denegrir a imagem de João Goulart, para que, em algum

momento, o presidente fosse deposto e essa elite tomasse efetivamente o Estado”. Rapidamente as unidades militares de São Paulo e Rio de Janeiro também aderiram à movimentação golpista. Então, no dia 1º de abril de 1964, João Goulart não teve como reagir, renunciou e deixou Brasília.

O movimento significou para o Brasil o fim de um período democrático e o início de um longo período ditatorial, que duraria vinte e um anos, caracterizado por um revezamento dos militares no governo presidencial. A partir daí, foi adotado um modelo de desenvolvimento econômico dependente do capital e da tecnologia estrangeira, que subordinou o país aos interesses do capitalismo internacional. Segundo Vicentino (2002)

[...] logo depois do golpe de 1964, sob pressão dos militares, o congresso elegeu para presidência da República o Marechal Humberto Castello Branco. O governo de Castello Branco recebeu grande apoio dos Estados Unidos e de empresas multinacionais e, com isso, o governo passou a tomar posições favoráveis aos interesses do capital internacional, em especial os Estados Unidos.

3 METODOLOGIA

Utilizou-se para este artigo uma análise documental e qualitativa crítico reflexiva, considerando a relevância da temática e a necessidade de manter esta discussão em evidência, valorizando a memória e importância histórica deste período na história do país, buscando preservar e dar luz e voz a questões pertinentes as transformações na educação, perpassando o contexto histórico.

A escolha do tema e forma a conduzir este, traçando um caminho entre determinado período da história, onde o papel do pesquisador é justamente de servir como veículo inteligente e ativo entre o conhecimento da área e os novos questionamentos que surgem através da pesquisa. Segundo Lüdke e André (2012)

É pelo seu trabalho como pesquisador que o conhecimento específico do assunto vai crescer, mas esse trabalho vem carregado e comprometido com todas as peculiaridades do pesquisador, inclusive e principalmente com suas definições políticas . “todo ato de pesquisa é um ato político”, já disse muito bem Rubem Alves (1984). Não há, portanto, possibilidade de se estabelecer uma separação nítida e asséptica entre o pesquisador e o que ele estuda e também os resultados que ele estuda. (p.05)

Quanto a análise documental, os autores reconhecem que, embora ainda seja pouco explorada, não só na área da educação como em outras áreas de ação social, esta análise, pode se constituir uma valiosa técnica de dados qualitativos, de forma a complementar informações obtidas, assim como desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. (p.39)

A escolha desta metodologia permitiu uma complexa reflexão acerca do contexto histórico, da mesma forma que uma análise da situação sociopolítica da educação profissional e tecnológica atualmente, se houveram mudanças nos cursos e na construção de seus currículos para a formação dos sujeitos

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este novo contexto foi marcado pela anulação dos direitos sociais coletivos e individuais, que deram origem a inúmeras prisões, perseguições políticas, desaparecimento de pessoas, torturas e assassinatos, acontecimentos que passaram a fazer parte do cenário da sociedade brasileira. Durante o período ditatorial foram censuradas diversas atividades artísticas e culturais entre outras manifestações, proibindo-se qualquer tipo de manifestação que fosse contra ao regime.

Dreifuss (1981) analisa as relações entre Estado e sociedade e considera o golpe uma articulação entre diversos atores civis e militares, como o das elites empresariais sobre as classes médias, tidas como alienadas politicamente. O autor compreende que o golpe foi executado pelos militares, porém a serviços dos empresários. Por isso, ele propôs a articulação dos termos “civil-militar” para caracterizá-lo, em contraponto ao termo "Golpe Militar", que reconhecia o evento como um movimento exclusivamente militar. Além disso, o autor aborda a doutrinação e manipulação da burguesia, nacional e estrangeira, principal beneficiada e responsável pela manipulação das demais classes, especialmente a dos trabalhadores.

Conforme Dreifuss, a ditadura militar brasileira foi resultado de um movimento político entre setores civis e militares, marcado por uma extensão classista e empresarial, oriunda da ação entre o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Para o autor, o IPES/IBAD utilizou-se do apoio militar e dos setores civis conservadores para tomarem o poder através de um golpe de Estado. Assim, o golpe não seria resultado de um movimento militar contra João Goulart, mas sim, de um movimento mais amplo, contextualizado pela Guerra Fria, a qual opunha o capitalismo ao socialismo. Conforme o autor,

Formulando "um plano geral", a elite orgânica lançava a campanha político-militar que mobilizaria o conjunto da burguesia, convenceria os

segmentos relevantes das Forças Armadas da justiça de sua causa, neutralizaria a dissensão e obteria o apoio dos tradicionais setores empresariais, bem como a adesão ou passividade das camadas sociais subalternas. Mas antes de se iniciarem hostilidades a nível político-militar, desenvolveu uma campanha ideológica multifacetada contra o bloco histórico-populista (DREIFUSS, 1981, p. 229).

Essa ação tinha como objetivo negatizar as ações populistas, na tentativa de conter a representatividade das classes trabalhadoras, especialmente após a criação do décimo terceiro salário, em julho de 1962, por Goulart. Ainda sobre o movimento, o autor completa;

politicamente, significou uma mobilização conjuntural para o golpe, quando a estratégia se converteu em política e atividades político-partidárias finalmente se transformaram em ação militar. Esse foi o estágio do "esforço positivo" em que vários escritórios de consultoria e anéis burocrático empresariais, associações de classe e grupos de ação formaram um centro político estratégico, o complexo IPES/IBAD (DREIFUSS, 1981, p. 229).

Na análise de Dreifuss, o principal ponto do movimento golpista, está na ação política e militar dos ativistas ligados ao IPES/IBAD, por meio da organização de movimentos civis-militares. A elite não confiava unicamente no seu domínio econômico para liderar as classes dominantes, com isso,

Tornava-se claro que, a partir de suas diretrizes políticas e de sua ação, a elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD sentia a necessidade de uma atividade ideológica que levasse ao estabelecimento de sua hegemonia dentro da classe dominante, como um meio de subir ao poder. A formação de um bloco burguês militante e sua liderança político-militar pela elite orgânica mostrava-se uma condição necessária na luta do emergente bloco de poder para harmonizar sua predominância no campo econômico com a sua autoridade política e a sua influência no aparelho do Estado. A formação de um bloco burguês militante sob a liderança da elite orgânica era também necessária para alcançar a contenção das classes subordinadas e a exclusão dos interesses tradicionais (DREIFUSS, 1981, p. 259).

Esta articulação, impulsionaria o General Olympio Mourão Filho a deslocar as tropas, no dia 31 de março, supostamente controlada pelos golpistas, através do IPES/IBAD. Por isso,

o que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de

1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter daí para a frente a participação da massa (DREIFUSS, 1981, p. 230).

Evidencia-se, através dessa análise, que o golpe foi resultado de ações articuladas pelos setores golpistas ligados ao empresariado. O termo “civil-militar” demonstra a participação civil relacionada a doutrinação e manipulação da burguesia em relação às classes médias. Segundo o autor, haviam duas modalidades de ações usadas como táticas por parte das elites. Uma delas era a ação ideológica e social.

A doutrinação geral visava apresentar as abordagens da elite orgânica aos responsáveis por tomadas de decisão políticas e ao público em geral, assim como causar um impacto ideológico em públicos selecionados e no aparelho do Estado. A doutrinação geral através da mídia era realizada pela ação encoberta e ostensiva, de forma defensiva e defensivo-ofensiva. Constituíam-se basicamente numa medida neutralizadora. Visava infundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista (DREIFUSS, 1981, p. 231.)

No contexto de polarização da guerra fria, as elites buscavam atacar o comunismo e o socialismo, usando como argumento que a prosperidade do país dependia da garantia da propriedade privada, ou seja, deveria combater os métodos socialistas ou a intervenção do Estado. Dreifuss, referindo-se a doutrinação específica, afirma que:

A doutrinação específica (juntamente com a doutrinação geral) também lidava com a formação política e ideológica, cooptação e mobilização de ativistas sindicais, líderes camponeses e militantes rurais, estudantes e líderes militares. Além disso, o objetivo geral da doutrinação específica era modelar as várias frações das classes dominantes e diferentes grupos sociais das classes médias em um movimento de opinião com objetivos a curto prazo amplamente compartilhados, qual seja, a destituição de João Goulart da presidência e a contenção da mobilização popular (DREIFUSS, 1981, p. 231).

Com isso, objetivando-se atender os interesses de empresários tecnocratas, durante a ditadura civil-militar o modelo político econômico tinha como característica fundamental um projeto pseudo desenvolvimentista com base no endividamento externo e na dependência técnica. Para tanto, a educação desempenhava um importante papel, pois era o *locus* da preparação de recursos humanos necessários ao novo contexto do país. Com base nisso, os governos civis-militares empreenderam um modelo educacional de características autoritárias e doutrinadoras. Segundo Pellanda (1986)

como fórmula para “limitar” as ciências humanas, extraiu-se o principal objetivo através do engessamento do senso crítico e do desenvolvimento da relação professor/aluno. O ensino deveria estar voltado para o

desenvolvimento científico e tecnológico, culminando no chamado cientificismo, isso causou uma visão restrita, limitada e reduzida, segundo a qual, a ciência (exata) é o único conhecimento válido.

Freire (1968) destaca que a educação é um bem primordial que esteve fora do alcance de boa parte do povo brasileiro durante a referido período. Para o autor, existiriam dois tipos de pedagogia: a pedagogia dos dominantes, em que a educação existe como prática da dominação, e a pedagogia do oprimido, onde a pedagogia surge como prática da liberdade.

O modelo que prevaleceu foi o da pedagogia para a reprodução da dominação, já que a educação buscou suprir as necessidades do modelo político econômico adotado no período. Em decorrência disso, houve uma relativa expansão de escola técnicas pelo país, com o objetivo de suprir a mão de obra demandada. Essas escolas buscaram suprir a formação de mão de obra profissional, através da oferta de uma educação autoritária, rígida e restrita. Historicamente presente desde a época colonial, a educação técnica profissionalizante continuou evidenciando o cenário dualista do mundo do trabalho no país, onde os postos de maior status social são ocupados por aqueles que tiveram acesso a educação intelectual, ou seja, à a elite. Em contrapartida, os postos de menor status e de menor rendimento econômico são reservados às classes trabalhadoras que receberam uma formação doutrinária e meramente reprodutora de operações.

As escolas técnicas tinham como objetivo formar uma mão de obra rápida e qualificada para as necessidades econômicas do país. As estruturas curriculares baseavam-se, em sua grande maioria, em disciplinas técnicas, sem enfoque para a formação crítica e reflexiva. Formavam-se profissionais para determinadas funções, sem a compreensão do processo como um todo, ou do ser que é resultado do processo.

4 CONCLUSÃO

Através da análise histórica da EPT, percebe-se que no período analisado, ou seja, primeira metade da década de 1960, a formação de trabalhadores no Brasil continuou pautada em concepções tecnicistas. À EPT assumiu a função de “fornecedora de mão obra” para as necessidades econômicas decorrentes da época. O técnico que pretendia-se formar, precisava exercer determinada função no espaço industrial, não necessitando para tanto, de uma formação politécnica, crítica ou reflexiva. Era fortemente presente o tecnicismo, como constatou-se na análise documental e na percepção de trabalho da época.

Compreender o passado, é de extrema relevância para discutir o presente, e propor melhorias futuras para a EPT no país. Observam-se poucas publicações e pesquisas desenvolvidas baseadas nessa modalidade de ensino, em contrapartida, é crescente o investimento em cursos profissionais no Brasil. Para ser possível propormos

melhorias e contribuirmos para a evolução do ensino profissionalizante, é necessário compreendermos a sua historicidade e contexto no qual está inserido.

Conforme a concepção marxista, em consequência do capitalismo, o ser humano se funde ao modo de produção de forma a moldar o restante de sua vida em função do trabalho. Neste processo, o homem priva-se do desenvolvimento intelectual, das suas funções sociais, convívio social e exercício de forças físicas e espirituais.

As escolas técnicas tinham como objetivo formar uma mão de obra rápida e qualificada para as necessidades econômicas do país. As estruturas curriculares baseavam-se, em sua grande maioria, em disciplinas técnicas, sem enfoque para a formação crítica e reflexiva. Formavam-se profissionais para determinadas funções, sem a compreensão da estrutura como um todo, ou do ser que é resultado do processo.

Na época, o conceito de educação técnica, reforçava a concepção de formação do sujeito para suprir necessidades do sistema, onde não possibilitaria sua libertação através da educação, sendo assim, um mero reproduzidor.

5 REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Os saberes do trabalho docente disputam lugar nos currículos. In.: Currículo, território em disputa.** 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

Dreifuss, A. **1964: A Conquista do Estado.** Ed Vozes, 1981.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva.** 9 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

MENGA, Lüdke, MARLI E.D.A André. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** [Reimpr.]. – São Paulo: E.P.U.; 2012.

LIMA, Bruna. POMMER, Roselene Gomes. **O processo histórico de instalação do colégio técnico industrial de Santa Maria – CTISM/UFSM.** Santa Maria, 2010. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279375749_ARQUIVO_OprocessoHistoricodeInstalacaoCTISM.pdf>. Acessado em: 09/06/2019 às 13:05.

As experiências pedagógicas do colégio técnico industrial de Santa Maria no contexto “milagre econômico” brasileiro. Santa Maria, 2010. Disponível em <http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/gt002-asesperiencias.pdf>. Acessado em 09/06/2019 às 13:07.

O colégio técnico industrial de Manta Maria no contexto da chamada redemocratização do Brasil. Santa Maria: 2012. Disponível em: <http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346357261_ARQUIVO_OCTISMnoContexto.pdf>. Acessado em: 09/06/2019 às 13:09.

